

SEÇÃO 3 - COMERCIALIZAÇÃO

Distribuição de Derivados de Petróleo

- 3.1 Bases de Distribuição
- 3.2 Vendas das Distribuidoras

Revenda de Derivados de Petróleo

- 3.3 Postos Revendedores
- 3.4 Transportadores-Revendedores-Retalhistas -TRRs
- 3.5 Preços ao Consumidor

Comercialização de Gás Natural

- 3.6 Consumo Próprio e Vendas de Gás Natural

Esta seção contempla as atividades de comercialização de derivados de petróleo e de gás natural e subdivide-se em três temas: ***Distribuição de Derivados de Petróleo, Revenda de Derivados de Petróleo e Comercialização de Gás Natural.***

O tema ***Distribuição de Derivados de Petróleo*** é desenvolvido em dois capítulos: *Bases de Distribuição e Vendas das Distribuidoras*. O primeiro capítulo diz respeito à infra-estrutura de distribuição de derivados de petróleo existente no País no final do ano de 2002 e o segundo registra os volumes de derivados de petróleo comercializados pelas distribuidoras nos últimos dez anos.

É importante salientar que grande parte das informações relativas à distribuição de derivados de petróleo baseia-se em dados declaratórios enviados à Agência Nacional do Petróleo - ANP pelos agentes autorizados a realizar esta atividade, em conformidade com as diversas portarias emitidas pela Agência. Apesar de ser grande o empenho na coleta, análise e organização destes dados, de forma a conferir-lhes o grau de confiabilidade adequado aos seus usuários, a qualidade das informações aqui apresentadas está ligada diretamente à dos dados declarados pelos agentes.

A **Revenda de Derivados de Petróleo** é analisada sob a ótica dos *Postos Revendedores, Transportadores-Revendedores-Retalhistas (TRRs)* e *Preços ao Consumidor*. Os dois primeiros capítulos apresentam a infra-estrutura de revenda de derivados dos postos revendedores e dos transportadores-revendedores-retalhistas - TRRs, respectivamente. O terceiro capítulo registra os preços de revenda de derivados de petróleo em Municípios e Regiões Metropolitanas selecionados.

Os preços apresentadas no capítulo *Preços ao Consumidor* basearam-se em levantamentos realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, para a gasolina C, GLP e óleo diesel, e em informações coletadas pela ANP junto às distribuidoras de combustíveis, para o óleo combustível A1, querosene iluminante e querosene de aviação. Os demais combustíveis não tiveram seus preços incluídos para se evitar a divulgação de dados comerciais de empresas individuais.

O último tema desta seção, **Comercialização de Gás Natural**, enfoca a evolução das vendas, do consumo próprio e dos demais destinos do gás natural produzido e importado pelo País.

Distribuição de Derivados de Petróleo

3.1 Bases de Distribuição

Em 2002, o Brasil contava com uma infra-estrutura de distribuição de combustíveis composta por 428 bases, das quais 168 (39,3%) situavam-se na Região Sudeste, 80 (18,7%) na Região Sul, 66 (15,4%) na Região Nordeste, 60 (14,0%) na Região Centro-Oeste e 54 (12,6%) na Região Norte. Por Unidade da Federação, destacaram-se São Paulo, com 109 bases, Paraná, com 43 e Minas Gerais, com 30 bases de distribuição de combustíveis líquidos autorizadas pela ANP.

As 428 bases do País somaram uma capacidade nominal de armazenamento de derivados de petróleo e de álcool de 3,6 milhões m³. Destes, 2,8 milhões m³ (77,8%) destinaram-se ao armazenamento de derivados de petróleo (com exceção do GLP), 0,7 milhão m³ (18,7%) ao armazenamento de álcool, e o restante, 0,1 milhão m³ (3,5%), ao armazenamento de GLP.

3.2 Vendas das Distribuidoras

No ano de 2002, as vendas de combustíveis das distribuidoras de derivados de petróleo no mercado nacional atingiram 84,0 milhões m³ (1,3 milhão bep/d), registrando uma queda de 1,3% em relação ao volume vendido em 2001. Esta retração pode ser justificada como um reflexo do processo de desaquecimento da economia que o País vem sofrendo ao longo dos últimos anos. Cabe ressaltar que este volume não inclui vendas diretas de vários derivados, sendo particularmente significativos os volumes de nafta, óleo combustível marítimo e óleo diesel marítimo vendidos diretamente aos consumidores, sem a intermediação de companhias distribuidoras.

Gráfico 3.1.

Em termos da participação por derivado, o óleo diesel representou 44,8% das vendas totais, pelas companhias distribuidoras, de combustíveis derivados de petróleo no ano, enquanto a gasolina C representou 26,6%, o GLP 14,4%, o óleo combustível 9,1%, o QAV 4,8%, e a gasolina de aviação e o querosene iluminante responderam, juntos, pelos 0,3% restantes deste mercado.

As vendas de óleo diesel atingiram 37,6 milhões m³ em 2002, com um aumento de 1,5% em relação a 2001, contra 5,4% no período 2000-2001. No ano de 2002, com a normalização do suprimento de energia elétrica de origem hídrica, houve uma redução da demanda por diesel para geração de eletricidade, mas esta queda foi compensada pelo aumento das vendas para o setor agrícola, em função do crescimento da safra agrícola nacional.

Cabe destacar a queda de 0,9% nas vendas de diesel na Região Nordeste, a única a registrar retração no ano, e o crescimento de 4,7% nas vendas da Região Centro-Oeste. A participação das vendas de óleo diesel por Grande Região manteve-se relativamente estável no período 1993-2002. Em 2002, a Região Sudeste concentrou 44,5% das vendas de óleo diesel, enquanto as Regiões Sul, Nordeste, Centro-Oeste e Norte responderam, respectivamente, por 20,6%, 14,9%, 12,0% e 8,0% do consumo nacional.

O mercado de óleo diesel foi atendido por 166 distribuidoras, sendo que as cinco empresas líderes em vendas detiveram 73,5% do mercado: BR (26,4%), Grupo Ipiranga (19,7%), Shell (9,8%), Texaco (9,4%) e Esso (8,3%).

Gráfico 3.2.

O mercado de gasolina C alcançou em 2002 um movimento de 22,4 milhões m³, sendo 1,1% superior ao do ano de 2001. Este aumento, apesar de modesto, interrompeu uma série de três anos consecutivos de queda nas vendas do produto, e foi registrado em todas as Grandes Regiões do País, à exceção da Região Sudeste, que registrou uma retração de 1,1%. Pode-se dizer que o mercado nacional de gasolina C continua sentindo os efeitos do desaquecimento econômico do País, que vem sendo refletido pelo setor desde 1999.

Cabe destacar que a queda ocorrida nos últimos anos nas vendas declaradas de gasolina C também parece ser influenciada, em certa medida, pela ocorrência de vendas ilícitas (adulteração de combustível, importações ilegais e desvio para o mercado interno de volumes declarados como exportação). As avaliações de conformidade reportadas no Boletim de Qualidade de Combustíveis Automotivos (www.anp.gov.br) e as informações obtidas pela Fiscalização da ANP estão em consonância com esta percepção.

A atuação da Agência no monitoramento da qualidade dos combustíveis, através de contrato com 18 instituições em 18 estados e no Distrito Federal, compreendendo mais de 80% do total de postos revendedores, e na fiscalização do

mercado de combustíveis, através de ações conjuntas com a Polícia Federal, Receita Federal e Procons, bem como os convênios que a ANP vem firmando com outros órgãos do Governo (Ministério Público e Secretarias Estaduais de Fazenda, por exemplo), apontam para a minimização dessa distorção no futuro.

Em 2002, o mercado de distribuição de gasolina C se mostrou bastante concentrado, assim como o do óleo diesel, com as cinco maiores distribuidoras detendo 68,1% do mercado: BR (21,8%), Grupo Ipiranga (14,9%), Esso (12,0%), Shell (11,0%) e Texaco (8,4%). O restante do mercado pulverizou-se entre outras 163 distribuidoras.

Gráfico 3.3.

O mercado de GLP movimentou 12,1 milhões m³ em 2002, uma redução de 4,5% em relação às vendas em 2001. Este foi o segundo ano consecutivo de retração deste mercado, visto que já havia sido registrada uma queda de 0,6% em 2001, quando foi revertida uma tendência histórica de crescimento observada no restante do período analisado (1993-2000). Esta retração foi distribuída de modo relativamente uniforme entre todas as Grandes Regiões do País, sendo que a Região Centro-Oeste foi a que apresentou a maior taxa negativa, de 7,2%.

A queda das vendas de GLP pode ser justificada tanto pela concorrência com o gás natural, nos locais que dispõem de rede de gás canalizado, quanto pela elevação dos preços do produto cobrados ao consumidor em 2002 (vide capítulo 3.5). Nas regiões Norte e Nordeste, parte do consumo de GLP para cocção foi substituído pela lenha, em função dos altos preços do derivado.

Do total de distribuidoras de GLP atuantes no mercado em 2002, apenas 5 foram responsáveis por 83,7% do abastecimento nacional: Agip (21,2%), Grupo Ultragaz (19,7%), Grupo Nacional Gás (19,3%), Supergasbras (12,8%) e Minasgás (10,7%). O restante do mercado foi atendido por outras 12 distribuidoras de menor porte.

Gráfico 3.4

A distribuição de óleo combustível no Brasil totalizou o volume de 7,7 milhões m³ em 2002, uma redução de 15,4% em relação ao ano de 2001. O decréscimo mais significativo ocorreu na Região Sudeste do País, onde as vendas caíram 20,9%. A Região Norte foi a única a registrar variação positiva no ano, de 3,2%. Vale destacar que este foi o quarto ano consecutivo de queda nas vendas do produto. Esta tendência pode ser atribuída tanto à sua substituição por

combustíveis mais limpos, tal como o gás natural, em função de uma melhor adequação aos processos produtivos ou por questões ambientais, quanto à sua substituição por fontes de energia mais baratas. Da mesma forma que nos anos anteriores, em 2002 a distribuição de óleo combustível foi atendida quase que integralmente por quatro grandes empresas: BR (67,7%), Shell (19,3%), Texaco (6,1%) e Grupo Ipiranga (4,7%).

Gráfico 3.5.

Rompendo uma tendência de declínio que vinha sendo observada desde 1999, as distribuidoras de QAV aumentaram em 2,5% o volume vendido deste derivado, alcançando a marca de 4,0 milhões m³ em 2002. Com exceção das Regiões Sul e Centro-Oeste, que tiveram as suas vendas reduzidas, respectivamente, em 6,9% e 3,5%, o crescimento do mercado de QAV foi uniforme nas demais Grandes Regiões do País.

Apesar do crescimento verificado, o mercado de QAV continua enfrentando dificuldades, em função dos constantes aumentos de preço deste combustível, que levaram as empresas aéreas a racionalizar seus gastos, e também devido à queda da taxa de crescimento econômico do País, à elevação do preço das passagens aéreas, à desvalorização cambial da moeda nacional e às incertezas geradas pelos conflitos internacionais, que influenciaram negativamente a demanda doméstica por transporte aéreo nacional e internacional.

O mercado de QAV manteve a concentração observada nos últimos anos, com apenas três distribuidoras: BR (51,7%), Shell (36,4%) e Esso (11,9%).

Gráfico 3.6.

A distribuição de querosene iluminante, incluindo as vendas do produto para outros fins, que vinha crescendo substancialmente desde 1999, registrou uma pequena retração, de 1,1%, no ano de 2002, quando foi atingido o volume de 198,4 mil m³. A maior queda, de 43,1%, ocorreu na Região Centro-Oeste. Apenas as regiões Norte e Sudeste registraram crescimento em 2002, de 2,9% e 5,1%, respectivamente.

Como nos anos anteriores, as vendas nacionais de querosene iluminante continuaram concentradas em 4 empresas, que responderam por 93,3% do mercado: Texaco (30,3%), Shell (28,1%), BR (21,9%) e Grupo Ipiranga (13,0%).

Gráfico 3.7.

As vendas de gasolina de aviação sofreram uma forte queda em 2002, de 22,9%, caindo de 70,8 mil m³, em 2001, para 54,6 mil m³, em 2002. A redução foi registrada em todas as Grandes Regiões, exceto na Região Centro-Oeste, que exibiu aumento de 3,2%. A maior queda regional, de 38,6%, ocorreu no Sudeste. Esta redução do consumo pode estar associada à elevação dos preços da gasolina de aviação, bem como à sua substituição pelo QAV.

A distribuição do derivado manteve-se concentrada em duas distribuidoras: a BR, com 73,5% de participação no mercado, e a Shell, com 24,1%. Os 2,5% restantes foram atendidos pela Esso, empresa que estreou no mercado de distribuição de gasolina de aviação em 2002.

Gráfico 3.8.

Revenda de Derivados de Petróleo

3.3 Postos Revendedores

Em 2002 foi concluído um recadastramento dos postos revendedores autorizados pela ANP, tendo sido revogados os registros dos estabelecimentos que não atendiam às leis e regulamentos que regem esta atividade. Desta forma, no final do ano foi verificada a existência de 29.804 postos no País, um número 8,8% inferior ao observado no ano anterior (vide Anuário Estatístico Brasileiro do Petróleo e do Gás Natural 2002). Deste número, 47,9% encontravam-se na Região Sudeste, 21,3% na Região Sul, 16,8% na Região Nordeste, 9,1% na Região Centro-Oeste e 4,9% na Região Norte. Ou seja, 86,0% dos postos revendedores localizavam-se nas Regiões Sudeste, Sul e Nordeste do País em 2002. Por Unidade da Federação, São Paulo (26,4%), Minas Gerais (13,1%), Paraná (8,3%), Rio Grande do Sul (7,5%) e Rio de Janeiro (6,5%) concentraram 61,8% dos postos revendedores de combustíveis automotivos.

Em âmbito nacional, 55,8% da revenda de combustíveis em 2002 estavam nas mãos de 5 das 138 bandeiras atuantes: BR (18,0%), Ipiranga (13,9%), Texaco (8,9%), Esso (7,6%) e Shell (7,5%). Os postos revendedores que operam com Bandeira Branca tiveram a sua participação no total de postos revendedores ampliada de 18,1%, em 2001, para 26,8%, em 2002 (vide Anuário Estatístico Brasileiro do Petróleo e do Gás Natural 2002), ultrapassando, assim, a primeira colocada no *ranking* nacional das bandeiras de postos revendedores de

combustíveis. O abastecimento dos 17,4% restantes do mercado de combustíveis automotivos foi efetuado por 132 outras distribuidoras.

Gráfico 3.9.

3.4 Transportadores-Revendedores-Retalhistas - TRRs

Em 2002, 561 TRRs de combustíveis encontravam-se cadastrados na ANP, um aumento de 1,8% em relação ao número registrado em 2001 (vide Anuário Estatístico Brasileiro do Petróleo e do Gás Natural 2002). As Regiões Sudeste e Sul concentraram, respectivamente, 34,8% e 34,4% deste total, enquanto as Regiões Centro-Oeste, Nordeste e Norte possuíam, respectivamente, 18,7%, 7,5% e 4,6% do total de TRRs do País. Por Unidade da Federação, sobressaíram-se São Paulo (20,0%), Paraná (15,3%), Rio Grande do Sul (13,2%) e Mato Grosso (9,8%), com, respectivamente, 112, 86, 74 e 55 TRRs.

3.5 Preços ao Consumidor

Em 31/12/2001, foi concluída a abertura do mercado de petróleo e derivados no Brasil, que buscou a introdução de um ambiente mais competitivo, mediante a atração de novos investimentos e o aumento das alternativas de suprimento de derivados no mercado interno. Dentre as principais mudanças trazidas pelo processo de liberalização encontram-se: (i) a instauração do regime de preços de mercado para toda a cadeia de produção e comercialização de combustíveis – refino, distribuição e revenda; (ii) a liberação do comércio exterior de petróleo e seus derivados; e (iii) a substituição da Parcela de Preços Específica – PPE pela Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico – CIDE. Dessa forma, a evolução dos preços ao consumidor apresentada neste capítulo reflete as novas condições do mercado nacional de derivados de petróleo.

Em 2002, dentre as localidades pesquisadas, os menores preços médios anuais ao consumidor de gasolina C foram verificados na Região Metropolitana de Belo Horizonte, enquanto que os maiores preços foram registrados na Região Metropolitana de Belém, mesmo resultado observado em 2001. Cabe ressaltar que, no período 1994 a 1997, a Região Metropolitana de Belém chegou a possuir os menores preços deste produto, dentre as regiões pesquisadas.

Em relação ao óleo diesel, as posições relativas dos locais pesquisados vêm se mantendo estáveis desde o ano de 1999, com a Região Metropolitana de São Paulo registrando os menores valores e o Município de Goiânia os maiores preços médios anuais do produto.

No ano de 2002, a Região Metropolitana do Rio de Janeiro apresentou o menor preço médio anual do GLP ao consumidor. Vale destacar que, no período de 2000 a 2002, o Rio de Janeiro passou do terceiro maior para o menor preço registrado. No tocante ao maior preço do GLP, em 2002 verificou-se a sua maior cotação em Brasília. Em relação a 2001, os preços de GLP tiveram aumentos significativos (de 25,9%, no Rio de Janeiro, a 71,8%, em Salvador) em todas as localidades pesquisadas. O aumento dos preços do GLP está diretamente relacionado com o fim do subsídio cruzado via PPE e com a criação da CIDE (Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico).

Gráfico 3.10.

Quanto ao preço do querosene iluminante, em 2002 o Município de Recife foi o que apresentou o menor valor de venda ao consumidor deste produto, enquanto o maior preço foi encontrado em Brasília. Em 2001, o maior preço do querosene iluminante também havia sido registrado em Brasília, porém a menor cotação havia sido encontrada em Belo Horizonte. Vale lembrar que não havia dados disponíveis para o Município de Recife em 2001. Neste contexto, destaca-se o Município de Salvador que, em 2001, apresentava o segundo maior preço ao consumidor para o querosene iluminante dentre as cidades pesquisadas e, em 2002, foi classificado com o segundo menor valor observado na amostra.

Em relação ao óleo combustível A1, o Município de São Paulo apresentou o menor preço médio anual em 2002 e o Município de Curitiba, o maior. Note que em 2001 estas posições eram ocupadas, respectivamente, pelos Municípios de Manaus e Rio de Janeiro, e que o Município de São Paulo possuía o quinto menor preço dentre as 10 localidades pesquisadas.

Em relação aos preços ao consumidor do QAV, o Município de Curitiba registrou o maior preço dentre os Municípios pesquisados, mesma posição observada em 2001. Já os menores preços deste derivado foram encontrados em São Paulo, cidade que em 2001 mostrou-se como a sexta num *ranking* de 11 Municípios pesquisados.

Gráfico 3.11.

Comercialização de Gás Natural

3.6 Consumo Próprio e Vendas de Gás Natural

No ano de 2002, a oferta interna bruta de gás natural foi de 15,3 bilhões m³, o que corresponde a um crescimento de 17,9% em relação a 2001 e a uma redução de 6,8 pontos percentuais em relação à taxa de crescimento observada no período anterior (2000-2001). Da oferta interna bruta no ano 2002, 72,7% destinaram-se a vendas internas e 21,1% ao consumo próprio nas áreas de produção, refino e movimentação e nas UPGNs, enquanto o restante (4,1%) foi absorvido nas UPGNs como LGN.

Gráfico 3.12.

As vendas de gás natural atingiram 11,1 bilhões m³ em 2002. Este volume, que vinha aumentando a taxas crescentes desde 1999, teve uma variação positiva de 22,1% em relação a 2001, o que significou um arrefecimento do ritmo de crescimento das vendas. Em 2002, o crescimento mais expressivo das vendas de gás natural foi verificado na Região Centro-Oeste: 271,0%. Em valores absolutos, o maior crescimento no ano foi registrado na Região Sudeste, equivalente a 70,6% do aumento das vendas nacionais de gás natural. Esta Região representou 58,3% do volume de gás natural comercializado no País em 2002.

São Paulo e Rio de Janeiro foram os Estados que exibiram os maiores volumes de vendas no ano, respectivamente, 46,6% e 41,8% das vendas da Região Sudeste e 27,1% e 24,3% das vendas nacionais. Foram seguidos pelo Estado da Bahia, com 57,5% das vendas da Região Nordeste e 14,6% das vendas nacionais.

Vale ressaltar que o Estado do Rio Grande do Sul foi o único a registrar retração nas vendas, de 15,8%, em comparação com 2001.

Gráfico 3.13.

O consumo próprio total de gás natural foi de 3,2 bilhões m³ em 2002, registrando um aumento de 6,2% em relação a 2001. Do consumo próprio total, 1,9 bilhão m³ (58,3%) destinou-se às operações de produção, parcela que apresentou um crescimento de 8,2% em relação a 2001. Em refinarias, sistemas de movimentação de gás natural e UPGNs foi consumido 1,3 bilhão m³ (41,7% do consumo próprio total) no ano 2002, registrando um aumento de 3,5% em relação ao ano anterior.